

Notas para pensar a educação primária e a zona rural da cidade do Rio de Janeiro nos anos 1920

Notes to think primary education and Rio de Janeiro's countryside in the 1920s

José Cláudio Sooma SILVA¹

Manoela do Nascimento MORGADO²

Zelma Candido de SOUZA³

Resumo

O artigo focaliza a História da Educação Primária da cidade do Rio de Janeiro nos anos 1920 e se debruça, principalmente, sobre as possíveis relações que foram estabelecidas entre as localidades urbanas e a região oeste, com especial atenção para o distrito rural de Guaratiba. Deste modo, a partir da pesquisa em periódicos, impressos educacionais e dos projetos de remodelação do desenho arquitetônico, discute as diferentes *representações* de *urbano* e de *rural* que foram construídas pela Diretoria de Instrução em função dos entrelaçamentos dos tempos e espaços citadinos com os tempos e espaços escolares na época.

Palavras-Chave: História da Educação. Educação Primária. História da Cidade do Rio de Janeiro.

Abstract

The article focuses the history of primary education of the city of Rio de Janeiro in the 1920s and dedicates mainly to the possible relations that were established between urban localities and the western region, with special attention to the rural district of Guaratiba. Thus, starting with the research in the press, educational printings and remodeling projects of the architectural design, this study problematizes the various *understandings of urban and rural* that were built by the Instruction Directory due to the relations between city times and spaces with school times and spaces in the period.

Keywords: History of Education. Primary Education. History of the City of Rio de Janeiro.

1 Doutor em Educação, Professor Adjunto de História da Educação e do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Grupo de Pesquisa: Programa de Estudos e Documentação Educação e Sociedade (PROEDES). End.: Av. Pasteur, 250, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. CEP: 22290-250. Tel.: (21) 22954047. Email: <claudiosooma@gmail.com>.

2 Graduação em Pedagogia, Mestranda em Educação na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Grupo de Pesquisa: Programa de Estudos e Documentação Educação e Sociedade (PROEDES). End.: Av. Pasteur, 250, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, CEP: 22290-250. Tel.: (21) 22954047. Email: <manoelamorgadoufrj@bol.com.br>.

3 Graduação em Pedagogia. Grupo de Pesquisa: Programa de Estudos e Documentação Educação e Sociedade (PROEDES). End.: Av. Pasteur, 250, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, CEP: 22290-250. Tel.: (21) 22954047. Email: <zelmacandido@yahoo.com.br>.

Introdução

Foi a partir, principalmente, de finais dos anos 1980/início dos 1990 que os estudos sobre a História da Educação Primária Carioca na década de 1920 passaram a ampliar as interlocuções com os debates do campo da Historiografia (ABDALA, 2003; CAMARA, 2008, 2010; CARVALHO, M., 1989, 1997, 1998; NUNES, 1994, 1996, 2000; PAULILO, 2001, 2007; PAULILO; SILVA, 2012; RODRIGUES, 2002; SILVA, 2004, 2009; VIDAL, 2001, por exemplo). Tal movimento colaborou, decisivamente, para que as características cidadinas da antiga capital do Brasil deixassem de ser perspectivadas, somente, como dimensões relacionadas ao contexto e/ou pano de fundo em que se desenrolavam os saberes, as prescrições e as práticas escolares. No lugar disso, a ênfase dos estudos preocupados em investigar as experiências educacionais intentadas no período incidiu sobre os desafios de se problematizar a questão de que tanto as culturas urbanas produziram alterações nos espaços e tempos escolares quanto foram, significativamente, por eles modificadas.

Nesse quadro, os diferentes pesquisadores que escolheram examinar a educação primária carioca nos anos 1920 realçaram os indissociáveis entrelaçamentos das circunstâncias do viver urbano cotidiano com os variados usos concretizados nos/ pelos espaços e tempos escolares pelos diferentes sujeitos submetidos às ações educativas. Esses coerentes diagnósticos apresentados em relação à educação primária concorreram por reforçar a certeza de que os sentidos do pedagógico ultrapassaram, em muito, os muros e portões das escolas, instaurando-se no coração da cidade. Afinal, os deslocamentos, as excursões, as demonstrações de exercícios sincronizados, desfiles dos pelotões de saúde, visitas das enfermeiras escolares, dentre outras iniciativas, tornaram-se uma constante naquela década.

Em que se pese a relevância desse movimento em História da Educação para o indiciamento de alguns aspectos que estiveram envolvidos nas ações de governo que foram prestigiadas, ansiando *educar* a capital e *remodelar* a sua gente, pode-se afirmar que as problematizações referentes às esferas urbanas concentraram-se (e permanecem se concentrando), muito mais, nas regiões centrais com algumas incursões exploratórias por outras partes da cidade. Nessa medida, o desafio de abarcar outros tempos e espaços sociais e escolares, afora as localidades mais centrais, afigura-se como um convite.

Foi, justamente, em função desse convite que empreendemos um movimento exploratório de pensar uma *diferente cidade* que, no período, compunha aquela que, para alguns em 1908, para outros em 1912, passara a ser adjetivada como

*Maravilhosa*⁴. De modo a atender a essa perspectiva de análise, e dentro dos recortes conferidos, optamos por dividir o texto em três partes.

A primeira se debruça sobre alguns dos *(des)encantos* da capital como, também, sobre algumas das *projeções* que, sob a lógica governamental, poderiam ser alcançadas por meio da escolarização da população. A segunda, ansiando indiciar algumas das características presentes à aludida *diferente cidade*, projeta luzes para a região oeste, com especial atenção para o, então denominado, distrito rural de Guaratiba. A terceira parte, redigida à guisa de considerações finais, reafirma a necessidade de que os pesquisadores em História da Educação Primária Carioca, cada vez mais, coloquem em seus horizontes de preocupações a questão de que falar da cidade significa (ou deveria significar) atentar para outros *cantos* e *recantos* que não, apenas, aqueles circunscritos às regiões centrais.

As regiões centrais e os investimentos para a escolarização do social

Os *(des)encantos* da capital carioca que, de modo cada vez mais contundentes, passaram a integrar a paisagem urbana a partir das primeiras décadas do século XX já foram (e permanecem sendo) alvos de diferentes investidas por parte da comunidade de historiadores⁵. Muito mais do que um simples jogo de palavras, entrelaçar em uma única categoria de análise os *encantos* e os *desencantos* de uma cidade que, sob a lógica governamental, tencionava ser concebida como

4 O epíteto de *Cidade Maravilhosa* tem sido objeto de controvérsia entre os pesquisadores. Segundo Clarice Nunes e Renato C. Gomes, foi a poetisa francesa Jeanne Catulle Mendès, em visita à cidade do Rio de Janeiro, em 1912, a primeira a cunhar a expressão. Já para Oswaldo P. Rocha e Sidney Chalhoub, coube a Coelho Neto, em 1908, o primado da adjetivação. A esse respeito, ver: Chalhoub, 1986; Gomes, 1994; Nunes, 1996; Rocha, 1986. Sobre esse aspecto, convém sublinhar que sua ampla popularização aconteceu em função da marcha de carnaval composta por André Filho (Antônio André de Sá Filho), em 1934, oficializada como hino da cidade em 1960 e que, recentemente, conheceu uma nova estratégia de fortalecimento e difusão. Trata-se de um decreto assinado pela Prefeitura da cidade em 22/05/2014 que determina que seja cantado o *Hino Cidade Maravilhosa*, pelo menos uma vez por semana, por todos os alunos das escolas da rede municipal (BERTA, Ruben. Cidade Maravilhosa na pauta escolar. **O Globo**, Rio de Janeiro, 23/05/2014).

5 Entre a extensa bibliografia, remetemo-nos às seguintes pesquisas: Abdala (2003); Abreu (1981, 2003); Araújo (1993); Azevedo (2003); Benchimol (1992); Bretas (1997a, 1997b); Camara (2008, 2010); Carvalho, L. (1986); Carvalho, M. (1989, 1998); Caulfield (2000); Chalhoub (1986); Esteves (1989); Fenerick (1997); Freire (2003); Graham (1992); Herschmann; Lerner (1993); Holanda (2003); Lenzi (2003); Machado (1998); Matta (2003); Mella (2003); Menezes L. (1992, 1996); Menezes W. (2003); Moraes (1994); Nunes (1994, 1996, 2000); Paulilo (2001, 2007); Paulilo e Silva (2012); Pechman (2003); Pereira (1997); Pinheiro; Fialho Júnior (2006); Rago (1985); Rocha (1986); Rodrigues (2002); Sevcenko (1984, 1985); Silva, E. (1988); Silva, J. (2004, 2009); Süssekind (1986); Vianna (1999); Vidal (2001).

vitrine e espelho do Brasil (KESSEL, 2001) significou (e continua significando) sublinhar uma problemática de fundo, concebida como de decisiva importância. No caso, trata-se da questão de que as sucessivas medidas de reconfiguração do traçado arquitetônico implementadas no período tanto produziram modificações substanciais em algumas localidades específicas quanto acarretaram, e por vezes fundamentalmente, as condições para a eclosão de um conjunto de circunstâncias no viver cotidiano que rumava na direção diametralmente oposta àquilo que era propalado como indispensável para ingressar a cidade no movimento do moderno.

Isso porque essas práticas de remodelação do ambiente urbano empreendidas no decurso das duas primeiras décadas do século XX almejavam, por um lado, otimizar as trocas estabelecidas nas regiões portuárias, eliminar as epidemias e focos de doenças (por meio da circulação do ar) e valorizar as localidades centrais e ao sul. Por outro, tencionavam substituir o tortuoso traçado labiríntico (propício a barricadas e entrincheiramentos) das sujas e abafadas ruas, becos e ruelas pelas “[...] ilusões tranquilizadoras das perspectivas [...]” advindas de vias alargadas e das grandes avenidas (SÜSSEKIND, 1986, p. 134).

No entanto, em concomitância a esses *encantos* que seriam alcançados segundo a lógica de governo mediante, principalmente, a implementação dessas práticas de remodelação arquitetônica, a capital fora invadida por um turbilhão de acontecimentos cotidianos que, em comum, escancaravam os *desencantos*: o aumento desenfreado de *práticas ilícitas*; a expansão desencontrada das *ocupações alternativas*; o fortalecimento das reivindicações operariadas; o levante de militares, por exemplo (SILVA, 2009). Esse quadro de tensões concorreu para que o Presidente Epitácio Pessoa decretasse aquela medida que, pelo menos desde 1920, já estava sendo cogitada⁶: o estado de sítio no país.

6 A esse respeito, é interessante a leitura do seguinte artigo publicado na *Gazeta de Notícias*: “Ouvimos ontem no palácio Rio Negro que o governo levará até quanto possível o policiamento desta capital sem suspensão das garantias constitucionais. O governo não decretará estado de sítio se não reconhecer que essa medida é de inapelável necessidade. Soubemos ainda que o Sr. Presidente da República não acredita que o movimento grevista assumira caráter violento a ponto de impor estado de sítio, afim de que a legalidade seja mantida. Entretanto, aos abusos que porventura se praticassem, o governo responderia com a medida citada e de que é seu maior empenho não pretender lançar mão. [...] O Sr. Ministro da Justiça, respondendo a uma pergunta sobre boatos da decretação do estado de sítio, declarou aos representantes da imprensa que se encontravam no seu gabinete que o governo ainda não cogitara de tal medida extrema, sendo por isso infundados os boatos que circulam nesse sentido. *É que o governo dispõe de elementos suficientes para fazer abortar imediatamente qualquer tentativa de subversão da ordem pública, sem necessidade de suspender as garantias constitucionais.*” (O RIO DOMINADO PELA MAIOR DAS GREVES: NADA DE ESTADO DE SÍTIO, *Gazeta de Notícias*, 25 de março de 1920).

Ao fundo de quase meia década de estado de sítio, que foram os anos de 1922-1926, a historiografia veio perceber um movimento de contestação insistente do poder de Estado, uma resposta às tentativas de consagrar o pacto oligárquico. [...] as investidas realizadas contra o governo federal ou suas instituições oficiais, durante quase toda a década de 1920, exibiram de forma reiterada o equívoco da República, a sua verdade incompleta. (PAULILO, 2014, p. 181).

Como se sabe, esse dispositivo constitucional – o estado de sítio – caracteriza-se pela ampliação do poder de decisão do Executivo em relação ao Legislativo e ao Judiciário e pela restrição dos direitos teoricamente assegurados por um regime democrático. Nesse sentido, as liberdades dos cidadãos e da imprensa ficam comprometidas; as perseguições e buscas em domicílios, autorizadas; as violações de correspondências, permitidas; a criação e participação de associações, proibidas.

A sensação era de que as instâncias administrativas estavam perdendo (ou, para os mais pessimistas, já teriam perdido) os meios para fazer funcionar os mecanismos de governo, de disciplinamento, de fiscalização e de controle da população. Modificara-se tanto o cotidiano da capital que já não mais se estava conseguindo organizá-lo.

Tais considerações, talvez, sirvam de indícios para melhor compreender alguns dos fatores que contribuíram para o desenvolvimento de novos repertórios que ambicionavam construir diferentes modos de sujeição do meio social frente aos regimes de governo, objetivando instituir formas organizadas, harmônicas e disciplinadas de sociabilidade na capital. Nesse movimento, no decurso dos anos 1920, houve na cidade do Rio de Janeiro um forte investimento empreendido no sentido de enfatizar a escolarização do social como uma estratégia capaz de atrelar as medidas de reconfiguração do traçado arquitetônico às necessárias remodelações nos modos de ser, pensar e agir de seus habitantes (NUNES, 2000; SILVA, 2009). Dito de outro modo, os saberes, as práticas, os tempos e os espaços escolares foram concebidos como dimensões que poderiam fazer com que a população incorporasse – “[...] no sentido mesmo de transformados em corpo” (VAGO, 2002, p. 61) – comportamentos, modos e tradições. Algo, portanto, que passou pela proposta de *ensinar* a cidade e as *maneiras corretas de praticá-la* a partir daquelas experiências que seriam, cotidianamente, construídas nos estabelecimentos de ensino primário.

Nessa medida, não por acaso, as preocupações com o despertar de novas formas de sociabilidade, maneiras de se conduzir, transitar pelos espaços e tempos citadinos, lidar com a higiene pessoal e com a saúde pública etc.,

ocuparam espaço fundamental na agenda de prescrições da Diretoria Geral de Instrução Pública durante as gestões de Antonio Carneiro Leão (1922-1926) e Fernando de Azevedo (1927-1930). O investimento, no fundo, passava tanto pela necessidade de internalização dos saberes e práticas escolares pelas crianças quanto, e imprescindivelmente, pela multiplicação desses preceitos de *boa educação* entre as famílias, conhecidos e comunidades (PAULILO; SILVA, 2012).

Com efeito, aquelas prerrogativas governamentais que fariam com que a capital se tornasse *Maravilhosa* encontravam-se fartamente presentes nas prescrições disciplinares constantes aos *Programas para o Ensino Primário Carioca* (1926) e aos *Programas para os Jardins de Infância e para as Escolas Primárias* (1929). Nessa linha, no caso dos Programas de 1926, por exemplo, prescrevia-se que fossem trabalhados junto aos alunos preceitos de polidez, de hábitos de cortesia, domínio de si mesmo, limpeza e convívio civil, bem como se indicava falar da necessidade da coleta de lixo, da pavimentação das ruas, dos perigos do tráfego de veículos e da forma de proceder nas vias públicas. Já nos Programas de 1929, ao converter a cidade um centro de interesse, dentre outras, as recomendações passavam pela importância de se explorar aspectos condizentes ao saneamento urbano, enchentes, profilaxias d'água e do leite características do ar, febre amarela, impaludismo, palestras sobre os principais logradouros, discussões a respeito da administração dos serviços públicos e um sistemático confronto entre a configuração *moderna* da cidade em relação às *antigas* características coloniais (PAULILO; SILVA, 2012).

No entanto, ao realçarmos essa proposta de *ensinar* a cidade e as *maneiras corretas de praticá-la* que fora delegada ao ensino primário no período, adquire pertinência a seguinte problematização: esses investimentos concernentes à conversão das circunstâncias cidadinas em temáticas que, prescritivamente, deveriam ser explicadas nas escolas abarcariam, afora as regiões mais centrais, outras localidades da capital? De modo exploratório, o próximo tópico apresentará algumas considerações que podem vir a contribuir para a formulação de possíveis respostas para esta indagação.

O magistério sob ameaças: a zona rural como punição?

Como foi sublinhado, parte significativa dos estudos em História da Educação, desde finais da década de 1980, vem concentrando suas atenções, com bastante propriedade, nos entrelaçamentos do ambiente urbano carioca com os tempos e espaços escolares do ensino primário no decurso da década

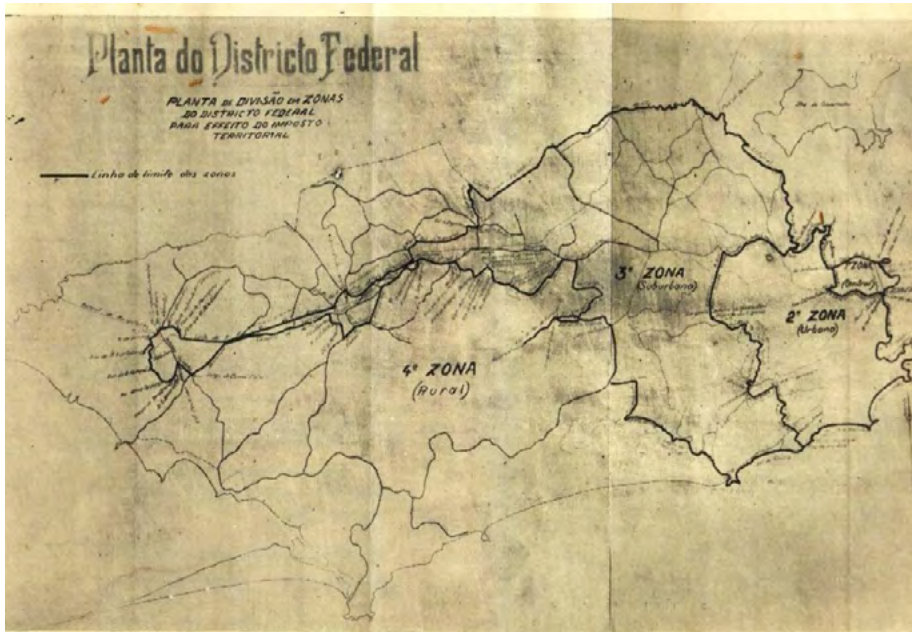
de 1920. Contudo, em um esforço de síntese, pode-se afirmar que o foco desses estudos tem recaído, principalmente, sobre as regiões centrais com alguma, ou outra, tentativa de estabelecer relações com as demais localidades da capital. Essa ênfase dos pesquisadores do campo pode ser justificada, talvez, pelo maior número de documentos que se encontra salvaguardado e disponível às consultas nas instituições de pesquisa⁷. Algo, portanto, que se caracteriza como uma dimensão, por assim dizer, *facilitadora* para o desenvolvimento dos trabalhos.

Frente a esse diagnóstico, cuja pertinência deve ser tomada como um estímulo para que outras pesquisas sejam elaboradas no campo, optamos por projetar luzes para a região oeste da cidade, mais especificamente para o, então denominado, distrito rural de Guaratiba. Essa escolha, sobretudo, esteve relacionada à dificuldade que tivemos de encontrar documentos que, de algum modo, indiciassem aspectos referentes à educação primária nos anos 1920 em localidades outras da cidade que não as mais centrais.

De posse dessas considerações, de início, cumpre destacar que direcionar o olhar para a cidade do Rio de Janeiro nos anos 1920 significa atentar para uma área total de 1.164 km² que se encontrava subordinada à Administração Municipal. Dessa extensão territorial, 164 km² correspondiam à zona urbana propriamente dita, 995 km² à zona suburbana ou rural e 5 km² às regiões compostas por ilhas (AGACHE, 1930).

7 A esse respeito, os pesquisadores têm construído suas coleções documentais a partir de consultas e levantamentos no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, Biblioteca Nacional, Associação Brasileira de Educação, Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil-FGV, dentre outras Instituições de Pesquisa.

Figura 1 - Plano do Zoneamento do Distrito Federal, 1931
(Boletim da Prefeitura apud MOTA, 2009, p. 243).



A divisão territorial apresentada por Alfred Hubert Donat Agache⁸ (1930) e a visualização do Plano de Zoneamento da cidade adquirem maior relevância se forem articuladas àquelas possíveis circunstâncias que caracterizariam os deslocamentos concretizados entre as diferentes regiões. Para discorrer sobre eles, vale acompanhar a citação:

20 ° Distrito Escolar
1ª Masculina – Barra (Guaratiba)
Professor – Antonio Francisco de Siqueira

A indicação para esta escola é a mesma que a 1ª escola feminina

8 Em julho de 1927, a convite do Prefeito Antônio Prado Júnior, Alfred Hubert Donat Agache realizou uma série de conferências em terras cariocas, versando sobre as características que deveriam preponderar em um processo de remodelação das cidades. Tais conferências, posteriormente, foram incluídas na *Introdução do Plano de Remodelação e Embelezamento para a capital elaborado pelo urbanista francês, o chamado Plano Agache* (AGACHE, 1930). Sobre os pormenores que estiveram envolvidos no *Plano Agache*, ver: Reis (1977); Stuckenbruck (1996); Silva (2004).

1ª Feminina – Barra (Guaratiba)
 Professora – Eulina Ribeiro Teixeira (int.)
 Residência – Pedra – Guaratiba

Do largo da Ilha até Barra gastam-se duas horas a cavalo. Até o largo da Ilha o trajeto é feito pelo bonde da 'Ilha' que depende hora e meia de Campo Grande. Ao chegar-se no largo da Ilha segue-se pela estrada de rodagem que fica á margem da linha de bondes. Tempo de percurso – 1 hora e 20 minutos da Central. 1 hora e 30 minutos até a Ilha. 2 horas até Barra (cavalo). Preço de passagem – 1\$000 ida e volta (trem); 1\$200 ida e volta (bonde). (Guia para as escolas das zonas suburbana e rural; jul.-ago. de 1919 – Diretoria Geral de Instrução Pública Municipal / Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro).

Como se percebe pela leitura, esse documento colocado em circulação pela Diretoria Geral de Instrução Pública (DGIP) registra o tempo que era despendido em um deslocamento da estação de trem Central do Brasil até uma escola localizada na Barra (Guaratiba): 4h50. Contudo, ao lado desse tempo total, desperta interesse a particularização que a DGIP empreendeu: a) da estação de trem Central do Brasil até à de Campo Grande: 1h20 de percurso; b) na estação de Campo Grande embarcava-se num bonde até a estação da Ilha⁹: mais 1h30; c) finalmente, da estação da Ilha até a escola em Barra de Guaratiba, ia-se a cavalo: mais 2h.

Os pormenores envolvidos no deslocamento da estação Central do Brasil até a escola em Guaratiba são indicadores dos potenciais percalços que acompanhariam aqueles/as professores/as que residissem nas regiões centrais da capital e que, porventura, tivessem que ministrar aulas diariamente naquele distrito rural. Possíveis percalços que não se esgotavam com a necessidade de utilização frequente de trens, bondes e cavalos como meios de transporte, posto que o *estado sanitário* da localidade também poderia ocasionar interferências nas práticas educativas; ao menos esse foi o caso que impulsionou a DGIP a encaminhar o seguinte despacho solicitando providências urgentes:

9 Ilha de Guaratiba, na época, fazia parte do distrito de Guaratiba, assim como Barra de Guaratiba e Pedra de Guaratiba.

Distrito Federal, 22 de junho de 1922

Sr. Dr. Medico Escolar do 19º distrito.

Tendo o Sr. Inspetor escolar do 20º distrito comunicado a esta Diretoria Geral, de que em vista de inspeção ás duas escolas da Barra de Guaratiba foi informado pelos respectivos professores, do mau estado sanitário da localidade o que influi poderosamente sobre a frequência das referidas, convido-vos a verificar com urgência o que há de positivo sobre o caso, atendendo a que o Sr. Medico escolar do distrito em questão, encontra-se presentemente em serviço no Tribunal do Júri, para qual foi sorteado.

Saudações.

O Diretor Geral. (Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro; código: 3- 4- 3).

Nesse documento, podem ser perscrutados mais alguns indícios de que, talvez, as projeções acerca dos papéis que deveriam ser desempenhados pela educação primária – *ensinar* a cidade e as *maneiras corretas de praticá-la* – não tenham conhecido os mesmos significados naquela *diferente cidade* (Guaratiba), que também integrava a capital carioca. Algo, inclusive, reforçado pela própria DGIP, perceba-se:

[1] 26 de maio de 1921

Sra. Adjunta da 1ª classe, Almerinda Mourão Pereira de Carvalho Caldas

Advirto-vos pelo vosso proceder irregular deixando de comparecer com assiduidade aos trabalhos letivos da escola em que serves, e recomendo-vos melhor cumprirdes os vossos deveres de professora, ‘sob pena de serdes transferida para uma das escolas afastadas da zona rural’. O Diretor Geral (Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro; código: 34-3-21, grifos nossos).

[2] 08 de abril de 1922

Sr Inspetor do 5º distrito escolar

Em resposta ao vosso officio sob n. 14, de 6 do corrente, comunico-vos que devei fazer uma severa advertência a diretora da 10ª escola mista desse distrito, professora Luiza Maurity Santos, diante das irregularidades apontadas, não esquecendo, outrossim, de advertir igualmente as adjuntas da mesma escola.

Em relação as que constantemente faltam ao serviço,

recomendo-vos chameis sua atenção para que tal não mais se reproduza, ‘sob pena de, na reincidência, serem transferidas, por determinação desta Diretoria, para a zona rural’. (Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro; código: 34- 4-2, grifos nossos).

Antes de passarmos para os comentários dos dois documentos, acreditamos que seja providencial sublinhar algumas informações pontuais acerca da coleção que faziam parte. Ambos estão reunidos nas pastas *Copiador de Ofícios, 3ª Seção da Diretoria Geral de Instrução Pública*, que se encontram salvaguardadas no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Essas pastas, como os títulos deixam subentender, armazenam as cópias de ofícios, solicitações e resoluções enviados pela DGIP.

Nessa medida, têm-se as cópias das circulares remetidas, dentre outras, a diretores, professores, adjuntos, responsáveis pelo almoxarifado, inspetores, médicos, alunos, Diretoria de Obras e Viação, Delegacias de Polícia, Diretoria da Repartição de Águas e Obras Públicas, Desembargadoria da Polícia do Distrito Federal, Diretoria Geral de Saúde Pública, Companhias de Transportes, Superintendência do Serviço de Limpeza Pública e Particular, Prefeitura, Corpo de Bombeiros, Inspetoria de Matas, Arborização, Jardins e Caça.

Como se pode presumir, a variedade de temáticas abordadas é bastante significativa. Para que se tenha uma ideia, vale acompanhar alguns temas principais: condições de salubridade das escolas e arredores, mobiliário escolar, desentendimentos entre a comunidade escolar, reparos de diversas ordens nos prédios escolares, reforço de policiamento no entorno das escolas, pedidos para o recrudescimento da fiscalização dos inspetores, normatização do calendário escolar, solicitação de pareceres médicos sobre o estado dos prédios escolares, problemas de trânsito próximo às escolas.

De posse dessa primeira caracterização geral das pastas *Copiador de Ofícios*, torna-se possível aclarar as maneiras como as problematizamos. Acompanhando os alertas firmados por Michel Foucault e Pierre Bourdieu, ao entrar em contato com essas mensagens que foram cotidianamente encaminhadas pela DGIP, estivemos atento ao “[...] campo dos fatos de discurso a partir do qual são [foram]construíd[a]s” (FOUCAULT, 1972, p. 37, grifos do autor). Isso significa que, embora redigidas na linguagem protocolar de uma comunicação que, sobretudo, empregava a formalidade da escrita como um indicativo de respeito aos regimentos hierárquicos, essas mensagens estavam inseridas em um campo de forças atravessado por diferentes instâncias de poder (BOURDIEU, 2007).

Essa circunstância pode, inclusive, ser indiciada pela materialidade desses documentos. Afinal, essas mensagens são cópias *carbonadas* daquelas que foram

enviadas aos destinatários e sua reunião em volumes encadernados foi uma iniciativa da DGIP. Dessa feita, nessas práticas burocráticas de *carbonar* e arquivar as mensagens, encontram-se alguns procedimentos adotados por esse órgão que podem indicar que fossem apresentadas no caso de alguma necessidade. Além disso, esse cuidado para com os registros permite aventar a possibilidade de uma fiscalização e controle do que fora remetido.

Isso justifica, portanto, o posicionamento investigativo adotado por este estudo no que condiz a essa massa documental, qual seja: estrategicamente, as pastas *Copiador de Ofícios* foram enquadradas como indiciárias de circunstâncias cotidianas que, de algum modo, estavam presentes na agenda de preocupações da DGIP.

Desse quadro geral, se parece pertinente conceber esses despachos da DGIP como indiciários das preocupações que a caracterizaram no período, dois aspectos principais chamam a atenção nos documentos transcritos. O primeiro alude ao tom de ameaça que fora prestigiado: *sob pena de serdes transferida para uma das escolas afastadas da zona rural; sob pena de, na reincidência, serem transferidas, por determinação desta Diretoria, para a zona rural*. O segundo refere-se à possível penalidade que seria imposta pela DGIP àquelas professoras que não estavam cumprindo suas atribuições: a transferência compulsória para as escolas da *zona rural*.

Essas ponderações da DGIP devem ser enfocadas como mais alguns vestígios que auxiliam na formulação de possíveis respostas ao questionamento firmado como encerramento do tópico anterior. Afinal, o tom de ameaça e a possível transferência compulsória para as escolas da zona rural sinalizam que, talvez, a conversão das circunstâncias do ambiente urbano em temáticas que, prescritivamente, teriam que ser trabalhadas pelos saberes e práticas do ensino primário não tenha conhecido a mesma intensidade nas diferentes zonas que, juntas, compunham a *Cidade Maravilhosa*.

Considerações Finais

Ao sublinhar algumas *projeções* que passaram a atravessar o meio social carioca em relação às tarefas que poderiam ser desempenhadas pela educação primária na década de 1920, pretendíamos realçar uma questão primordial. A alusão é para a necessidade de que os estudos em História da Educação, ao lado das investigações direcionadas para os lugares mais centrais, esforcem-se também para ampliar os seus espectros de análise, de modo a abranger as demais localidades que compunham a cidade do Rio de Janeiro, por exemplo a região de Guaratiba.

Isso porque, dentro dos recortes conferidos por este estudo, ao estendermos as atenções para Guaratiba (vale reforçar: região que fazia e permanece fazendo parte da cidade do Rio de Janeiro) entramos em contato com algumas particularidades dignas de maiores considerações. A esse respeito, sobretudo, as *ameaças de transferência compulsória* para os estabelecimentos de ensino da zona rural daquelas professoras de escolas situadas nos distritos urbanos que não estavam cumprindo adequadamente suas responsabilidades despertam grande interesse. Afinal, tais penalidades são sugestivas, como indícios, das maneiras diferentes que a DGIP concebia as escolas primárias da cidade.

Essas diferenças diriam respeito, de algum modo, àquelas dificuldades de deslocamento das regiões centrais para a zona rural (que envolviam trens, bondes e cavalos), bem como ao *mau estado sanitário da localidade*, como pôde ser percebido no caso de Guaratiba? Essas perguntas, infelizmente, ainda não puderam ser devidamente respondidas. Formulá-las, neste momento, constitui-se como o registro de um desafio que se desdobra em um convite: que, cada vez mais, prestemos atenção para a questão de que falar sobre a *capital carioca* nos anos 1920 significa atentar para as variáveis *representações* de urbano e de rural constantes à época. E, mais importante ainda: que coloquemos em nosso horizonte de preocupações que essas variáveis representações concorreram por instituir conotações, difundir concepções e estimular valorações entre os próprios professores que eram definidos pela DGIP como responsáveis pela articulação e preparação do futuro da cidadania carioca.

Referências

ABDALA, R. D. **A fotografia além da ilustração:** Malta e Nicolas construindo imagens da reforma educacional no Distrito Federal (1927-1930). Dissertação (Mestrado em Educação)- Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, FEUSP, São Paulo, 2003.

ABREU, M. de A. Reconstruindo uma história esquecida: origem e expansão inicial das favelas do Rio de Janeiro. **Espaço & Debate**, São Paulo, Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos, n. 37, p. 34-46, 1981.

_____. Da habitação ao hábitat: a questão da habitação popular no Rio de Janeiro e sua evolução. **Revista Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, EdUERJ, n. 10, p. 161-77, maio/ago. 2003.

AGACHE, A. H. D. **Cidade do Rio de Janeiro, extensão, remodelação, embelezamento.** Organização projetada pela administração Antônio Prado Júnior. Sob a direção geral de Alfred Agache. Rio de Janeiro. Tradução de Francesa de Souza. Paris: Foyer Brésilien, 1930.

ARAÚJO, R. M. B. de. **A Vocação do Prazer:** a cidade e a família no Rio de Janeiro republicano. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

ARQUIVO GERAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO; códices: 3- 4- 3; 34-3-21; 34- 4-2.

AZEVEDO, A. N. de. A Reforma Pereira Passos: uma tentativa de integração urbana. **Revista Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro: EdUERJ, n. 10, p. 35-63, maio/ago. 2003.

BENCHIMOL, J. L. **Pereira Passos, um Haussman Tropical:** a renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes/Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural/Divisão de Editoração, 1992.

BERTA, R. Cidade Maravilhosa na pauta escolar. **O Globo**, Rio de Janeiro, 23 maio 2014.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BRETAS, M. L. **Ordem na Cidade:** o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro, 1907-1930. Rio de Janeiro: Rocco, 1997a.

_____. **A Guerra das Ruas:** povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997b.

CAMARA, S. Por uma Cruzada Regeneradora. A cidade do Rio de Janeiro como canteiro de ações tutelares e educativas da infância minorizada na década de 1920. In: VIDAL, Diana Gonçalves (Org.). **Educação e Reforma:** o Rio de Janeiro nos anos 1920-1930. Belo Horizonte: Argumentum, 2008.

_____. **Sob a Guarda da República:** a infância minorizada no Rio de Janeiro na década de 1920. Rio de Janeiro: Quartet, 2010.

CARVALHO, M. M. C de. Quando a história da educação é a história da disciplina e da higienização das pessoas. In: FREITAS, Marcos Cezar (Org.). **História Social da Infância no Brasil.** São Paulo: Cortez Editora; USF-IFAN, 1997.

_____. O novo, o velho, o perigoso: relendo a cultura brasileira. **Cadernos de pesquisa**, São Paulo, n. 71, p. 29-35, nov. 1989.

_____. **Molde nacional e fôrma cívica:** história, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924-1931). Bragança Paulista: Edusf / São Paulo: FAPESP, 1998.

CARVALHO, L. de A. **Contribuição ao Estudo das Habitações Populares:**

Rio de Janeiro, 1886-1906. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura/ Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1986.

CAULFIELD, S. **Em defesa da honra**: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940). Campinas: Ed. Unicamp, 2000.

CHALHOUB, S. **Trabalho, Lar e Botequim**: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque. São Paulo: Brasiliense, 1986.

ESTEVES, M. de A. **Meninas perdidas**: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

FENERICK, J. A. **O Anarquismo Literário**: uma utopia na contramão da modernização do Rio de Janeiro, 1900-1920. Dissertação (Mestrado em História)-, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Vozes, 1972.

FREIRE, A. A fabricação do prefeito da capital: estudo sobre a construção da imagem pública de Pereira Passos. **Revista Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, Editora da UERJ, n. 10, p. 113-24, maio/ago. 2003.

GUIA PARA AS ESCOLAS DAS ZONAS SUBURBANA E RURAL; jul./ago. de 1919 – Diretoria Geral de Instrução Pública Municipal/ Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

GOMES, R. C. **Todas as cidades, a cidade**: literatura e experiência urbana. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

GRAHAM, S. L. **Proteção e Obediência**: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro 1860-1910. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

HERSCHMANN, M. M.; LERNER, K. **Lance de Sorte**: o Futebol e o Jogo do Bicho na Belle Époque Carioca. Rio de Janeiro: Diadorim Ed., 1993.

HOLLANDA, R. de. Augusto Malta, a versão mecânica do flâneur. **Revista Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, Editora da UERJ, n. 10, p. 139-47, maio/ago. 2003.

KESSEL, C. **A vitrine e o espelho**: o Rio de Janeiro de Carlos Sampaio. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade/Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural/Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2001.

LENZI, M. I. R. Francisco Pereira Passos: possibilidade de um outro olhar. **Revista Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, n. 10, p. 107-12, maio-ago. 2003.

- LOBO, E. L. **História do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IBMEC, 1978. v. 2.
- MACHADO, H. F. Progresso, civilização e o ordenamento do espaço urbano. **Cidades Brasileiras: práticas urbanas e dimensão cultural**. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 1998.
- MATTA, C. Rio de Janeiro, solo configurador da literatura nacional. **Revista Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, Editora da UERJ, n. 10, p. 199-211, maio/ago. 2003.
- MELLA, J. L. V. Temporalidade e identidade: o jogo do bicho no Rio de Pereira Passos. **Revista Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, Editora da UERJ, n. 10, p. 89-99, maio/ago. 2003.
- MENEZES, L. M. de. **Os indesejáveis: desclassificados da modernidade**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1996.
- _____. **Os estrangeiros e o comércio do prazer nas ruas do Rio (1890-1930)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional/Órgão do Ministério da Justiça, 1992.
- MENEZES, W. C. de. O punha saiu do entulho: o pequeno comércio do Rio de Janeiro às vésperas da reforma Pereira Passos. **Revista Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, Editora da UERJ, n. 10, p. 65-87, maio/ago. 2003.
- MORAES, J. G. V. de. **Cidade e cultura urbana na Primeira República**. São Paulo: Atual, 1994.
- MOTA, M. S. C. **Nas terras de Guaratiba: uma aproximação histórico judaica às definições de posse e propriedade da terra no Brasil entre os séculos XVI-XIX**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais)- Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, 2009.
- NUNES, C. (Des)encantos da Modernidade Pedagógica. In: LOPES, E. M. T.; FARIA FILHO, L. M.; VEIGA, C. G. (Org.). **500 anos de Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 371-98.
- _____. A Escola reinventa a Cidade. In: HERSCHMANN, Micael M.; PEREIRA, C. A. M. (Org.). **A invenção do Brasil moderno: medicina, educação e engenharia nos anos 20-30**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 180-201.
- _____. Cultura Escolar, Modernidade Pedagógica e Política Educacional no espaço Urbano Carioca. In: HERSCHMANN, M. M. (Org.). **Missionários do Progresso: médicos, engenheiros e educadores no Rio de Janeiro, 1870-1937**. Rio de Janeiro: Diadorim Editora Ltda., 1996. p. 155-224.
- O RIO DOMINADO PELA MAIOR DAS GREVES: NADA DE ESTADO DE SÍTIO, **Gazeta de Notícias**, 25 de março de 1920.

PAULILO, A. L. **A estratégia como invenção:** as políticas públicas de educação na cidade do Rio de Janeiro entre 1922-1935. Tese (Doutorado em Educação)- Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, FEUSP, São Paulo, 2007.

_____. Mudanças na Educação da Capital da Velha República. **Cadernos de História da Educação**, v. 13, n. 1, jan./jun. 2014.

_____. **Reforma Educacional e Sistema Público de Ensino no Distrito Federal na Década de 1920:** tensões, cesuras e conflitos em torno da educação popular. Dissertação (Mestrado em Educação)- Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, FEUSP, São Paulo, 2001.

_____. SILVA, J. C. S. Urbanismo e educação na cidade do rio de janeiro dos anos 1920: aproximações. **Revista de Educação Pública**, Cuiabá, v. 21, n. 45, p. 127-143, 2012.

PECHMAN, R. M. De civilidades e incivilidades. **Revista Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, Editora da UERJ, n. 10, p. 125-37, maio/ago. 2003.

PEREIRA, L. A. de M. Sobre confetes, chuteiras e cadáveres: a massificação cultural no Rio de Janeiro de Lima Barreto. **Projeto História – PUC/SP**, São Paulo, n. 14, p. 231-41, 1997.

PINHEIRO, M. C.; FIALHO JÚNIOR, R. da C. Pereira Passos, Vida e Obra. **Rio Estudos** (Coleção Estudos da Cidade). Rio de Janeiro: Prefeitura do Rio de Janeiro/Secretaria Municipal de Urbanismo/Instituto Pereira Passos, 2006. (Coleção Estudos da Cidade).

PROGRAMAS PARA O ENSINO PRIMÁRIO CARIOCA. **Boletim da Prefeitura do Distrito Federal (RJ)** - publicado pela Secretaria do Gabinete do Prefeito. Rio de Janeiro: Oficinas Graphics do Jornal do Brasil; jan./dez. 1926.

PROGRAMAS PARA OS JARDINS DE INFÂNCIA E PARA AS ESCOLAS PRIMÁRIAS. **Prefeitura do Distrito Federal**. Rio de Janeiro: Off. Graphics do *Jornal do Brasil*, 1929.

RAGO, M. **Do cabaré ao Lar:** a utopia da cidade disciplinar - Brasil 1890-1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

REIS, J. de O. **O Rio de Janeiro e os seus Prefeitos:** evolução Urbanística. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Planejamento, 1977.

ROCHA, O. P. **A Era das Demolições:** cidade do Rio de Janeiro, 1870-1920. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura/Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1986.

RODRIGUES, Rosane Nunes. **Representações de Feminino e Educação Profissional Doméstica (Rio de Janeiro - 1920 e 1930)**. Dissertação (Mestrado em História da educação)- Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, FEUSP, São Paulo, 2002.

SEVCENKO, N. **Literatura como Missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

_____. **A Revolta da Vacina: mentes insanas em corpos rebeldes**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

SILVA, E. **As queixas do povo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SILVA, J. C. S. **A Reforma Fernando de Azevedo: tempos escolares e sociais (Rio de Janeiro: 1927-1930)**. Dissertação (Mestrado em História de Educação)-, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

_____. **Teatros da Modernidade: representações de cidade e escola primária no Rio de Janeiro e em Buenos Aires nos anos 1920**. Tese (Doutorado em História de Educação)- Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

STUCKENBRUCK, D. C. **O Rio de Janeiro em questão: o Plano Agache e o ideário reformista dos anos 20**. Rio de Janeiro: Observatório de Políticas Urbanas / IPPUR / FASE, 1996.

SÜSSEKIND, F. **As Revistas de Ano e a Invenção do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira / Fundação Casa de Rui Barbosa, 1986.

VAGO, T. M. **Cultura Escolar, Cultivo de Corpos: educação física e Gymnastica como práticas constitutivas dos corpos de crianças no ensino público primário de Belo Horizonte (1906-1920)**. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

VIDAL, D. G. **O Exercício Disciplinado do Olhar: livros, leituras e práticas de formação docente do Instituto de Educação do Distrito Federal (1932-1937)**. São Paulo: Editora da Universidade São Francisco, 2001.

VIANNA, A. de R. B. **O mal que se adivinha: polícia e minoridade no Rio de Janeiro, 1910-1920**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.

Recebimento em: 30/11/2014.

Aceite em: 30/03/2015.